

# Escrita escolar e oficialização da Escola Portuguesa<sup>1</sup>

Justino Magalhães

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Universidade Lisboa

1 A cultura escolar pode ser interpretada como um arquitexto que visa (in)formar e (com)formar, nos planos axiológico, científico, pragmático e (pre)formativo, os públicos infantil e juvenil, com recurso a um complexo simbólico e tecnológico que articula as dimensões básicas do dizer, do fazer e do agir didático e pedagógico. Foi e, em boa parte, continua a ser, no entanto através da escrita (arte, tecnologia, ofício), que o currículo escolar se concretiza e que a escola se afirmou e se afirma como instituição. O processo da escrita, mesmo que observado apenas com referência ao contexto escolar, envolve uma textualidade (conteúdo e discurso), uma antropologia e uma profissionalização, quer quanto à formação e à acção do professor, quer sobretudo no que se refere à informação/ comunicação, à aprendizagem, à prática e à avaliação dos alunos. Deste modo, repetem-se no contexto escolar, as dimensões e as articulações que marcam o quadro mais amplo da cultura escrita.

A analogia entre as dimensões da cultura escrita, tomada na sua globalidade e o quadro escolar, permite uma análise pormenorizada do processo da escrita, enquanto prática cultural e permite concluir que é tomando como referência a história da escrita que melhor se compreenderá a história da escola. Em tese pode inferir-se que a escrita escolar correspondendo a uma depuração curricular e a uma tecnologia, constituiu o substracto simbólico, ideológico, pragmático que substantivou e legitimou a profissionalização dos Mestres de Primeiras Letras, historicamente convertidos em calígrafos, como foram também a oficialização da arte da escrita e progressivamente a sua estilização em torno da escrita caligráfica que conferiram à escola e ao escolar uma identidade – o ofício da escrita, com uma rigorosa componente morfológica, condicionou o mobiliário escolar e a postura de escreventes foi frequentemente apresentada

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada no Congresso: Cultura Escrita / VIII Congreso Internacional Historia de la Cultura Escrita Universidad de Alcalá, 5 a 8 de julio de 2005. Sección 3ª: Escrituras cotidianas en contextos educativos.

como a representação por excelência da população escolar em acção, que o mesmo é dizer, em ordem, disciplinada, transparente e exercitando uma capacidade com utilidade social e individual.

É desta transferência da profissionalização de Mestre para a oficialização de aluno que procurarei dar testemunho, historiando o processo da escrita na Escola Portuguesa.

### **A caligrafia como arte da escrita**

2. Pela sua vastidão, o programa enunciado, não poderia ser cumprido nesta comunicação. Procurarei desenvolver alguns argumentos em favor da tese de que a escrita está na base da oficialização da escola (ou por outras palavras, a oficialização da escrita favorece a institucionalização da escola). Começo por algumas considerações de natureza teórica. De forma sumária pode afirmar-se que a história da escrita se desenvolve com base em três grandes campos de análise, cuja evolução ficara assinalada por transformações relativas ao conceito, à natureza, ao estatuto e à pedagogia da escrita, no quadro da cultura escrita e no quadro mais amplo da História do Mundo Ocidental.

2.1. O primeiro destes campos refere-se à dialéctica entre escrita e caligrafia e por consequência à questão sempre recorrente de saber se a escrita é uma arte em si mesma, ou apenas quando sob a forma caligráfica, dialéctica esta que tem como corolário a distinção entre arte e ofício. A relação entre escrita e caligrafia é uma temática mergulhada em polémica e rica em debate, como bem ilustram, quanto às dimensões de treinamento, criatividade, oficialização, os seguintes depoimentos, separados, no tempo, por um período de mais de três séculos.

Si l'écriture est chose pratique, la calligraphie est un art de réflexion et de création. Elle diffère des écritures ordinaires, aussi élégantes et fonctionnelles soient-elles, par l'importance accordée à la perfection et à l'harmonie de ses formes. Les caractères calligraphiés à la plume ou au pinceau ont une fluidité qu'aucune écriture mécanique ne saurait imiter (...) Colier et recopier une lettre particulière jusqu'à ce que son exécution soit absolument parfaite n'implique pas une uniformité telle que chaque calligraphe ne ferait que reproduire des modèles donnés. La calligraphie a justement le don de permettre l'apport personnel de l'exécutant, une originalité dans le geste qui aura donné un caractère unique au trace le plus traditionnel. Le style propre du grand calligraphe se lit dans son oeuvre comme une signature (Stribley, p.6).

Mas que relação entre escrita e caligrafia, qual é treino e técnica, qual é criatividade? A que dimensões se refere a oficialização? Porventura não poderá deixar de respeitar à totalidade da escrita, enquanto ortografia e caligrafia. Na definição de Ignacio Perez,

El escribir es un buen dibuxo, que estando fixo en la memoria, y imaginacion, agradando a la vista, con el movimiento de la mano pone por obra lo que está en el entendimiento (*In Almada*, 1749: s/p).

Criatividade, treino, arte ou técnica, privilégio ou ofício, que características distinguem escrita e caligrafia? No sentido de uma complexificação e de uma abordagem multidimensional das questões da escrita, Armando Petrucci sugeriu recentemente que o campo epistémico da Paleografia fosse ampliado por forma a compreender, para além dos textos e dos estilos de escrita, as diferentes práticas de escrita, num diálogo interdisciplinar com a sociologia e a antropologia da cultura escrita.

Na Antiguidade Oriental, como ainda na Antiguidade Clássica, a representação da escrita oscilava entre privilégio e ofício – foi privilégio sempre que se observavam uma sobreposição e uma aliança entre o templo e o palácio, foi, pelo contrário, entendida como ofício, serviço e obrigação, sempre que o poder religioso e o poder político funcionaram em separado.

Na Roma imperial, frequentemente o trabalho de escriba foi realizado por escravos gregos, ainda que, na sua generalidade, os patrícios fossem leitores e estivessem habilitados para uma escrita de quotidiano. A resistência da aristocracia ocidental à autografia, socorrendo-se com frequência, designadamente, no caso português, dos serviços de leitores e de escribas privativos, assumiu novas proporções quando a partir do final da Idade Média se desenvolvem as línguas vulgares associadas à construção dos Estados, em detrimento da Latinidade, pois que, as práticas autográficas, tal como eram exercidas regularmente pelos judeus, constituíam a mais forte superação da oposição entre a escrita como arte e a escrita como ofício.

Também no plano de uma pragmática da escrita, se pode admitir que de forma análoga ao que verificou com os assuntos religiosos, posto que, desde finais da Idade Média, os clérigos se viram obrigatoriamente habilitados com capacidades de leitura e de escrita, foi associada às práticas comerciais e às necessidades de chancelaria que a escrita se instrumentalizou, passando a ser praticada com maior regularidade por todos os indivíduos directa e indirectamente envolvidos. Com efeito, num manuscrito quinhentista, localizado na cidade de Neuchatel, servindo de traslado para exercitação da escrita, pode ler-se:

Il n'i a personne qui ne convienne que l'Écriture est de toutes les sciences la plus utile à la Société: Elle est l'Ame du Commerce, le tableau du passe la règle de la avenir et le méssager dès pensées... Enfin, l'Écriture est clé des Arts et des sciences, puisque sans elle on ne saurait agir dans quelque état de la vie que ce puisse être surtout dans un pays où lon ne subsiste que par le Commerce (*In Caspard*, 1996: 78).

Sobre as vantagens de uma boa prática da escrita, se pronunciou também Francisco Jorge Freire que, como membro da Arcádia usou do pseudónimo Cândido Lusitano, e a quem se

deve um importante contributo para uma pragmática da escrita - Escrita - *o Secretário Português*, obra várias vezes reeditada. São suas as seguintes palavras:

lastimei-me de ver os da minha idade; mas não do meu talento, porque na maior parte deles há um engenho tão vivo, que são matéria, para se poder formar Mercurio, passarem os seus anos mais florescentes em um tal ócio, que não buscam por meio dos estudos o caminho, para na idade mais adulta se fazerem capazes de credito, e igualmente de fortuna. Esta negligência da mocidade Portugueza claramente se dá a conhecer na falta de muitos estudos, sendo uma das mais notáveis não saber organizar com suficiência qualquer espécie de cartas; e muito mais sendo em anos, em que ou cultivam as Universidades, ou põem espada à cinta. É notável em qualquer sujeito este defeito; porque se a falta de o obrigar a servir, perde o meio da sua boa acomodação, não podendo entrar no serviço de um Cavalheiro, em o honroso emprego de Secretario, e se for de outra esfera, e posses, não saberá com a sua pena dar mais valor a estas duas grandes felicidades, que o Mundo tanto estima (1745, p.a).

Aquilo a que Cândido Lusitano chamou duas felicidades eram o «zelo e amor da Pátria». Sobre as vantagens que adviriam à sociedade se os profissionais da escrita fossem bem ensinados e beneficiassem de um conhecimento «regular da Gramática Portugueza», reconhecia Reis Lobato que

consequentemente receberia a República grande utilidade em crear sujeitos capazes para exercerem os officios públicos de escrever nos Auditórios, Tribunais, e Secretarias, sem a imperfeição de falarem, e escreverem a língua Portuguesa com os erros, que commumente se notam nos que servem os sobreditos empregos (1824, p. XIII).

2.2. Foi como escrita de chancelaria (a escrita diplomática) e como escrita comercial (escrituração mercantil) que, desde finais da Idade Média, a escrita se profissionalizou. Este movimento operou-se no quadro de formação das línguas vulgares, através de um processo de vernaculização das línguas novi-latinas e anglo-saxónicas, associado à construção do Estado-Nação. A construção do Estado Moderno, associada à formação das línguas vulgares faz emergir o campo do manuscrito, constituído basicamente pelas diferentes manifestações, tipos e usos da escrita, pela relação entre os diferentes tipos de escrita e as necessidades e formas de escrituração, pela relação/ oposição entre o manuscrito e o impresso.

A articulação entre os sistemas de escrita nacionais, com a evolução das línguas vulgares e a formação do Estado Moderno dá origem a diferentes tipos de escrita, com funções e evolução históricas igualmente diferenciadas. Mas se o manuscrito não deixara de cumprir determinadas funções no quadro das escritas religiosa, diplomática e mercantil, escolar, é em oposição ao impresso que assume a sua verdadeira especificidade. Em contraste com o

impresso, que, na sequência da mecanização da escrita, obtida com caracteres tipográficos (padronizados e reprodutivos), se destinou à leitura, à divulgação e à vulgarização, o manuscrito recuperava a função de interlocução em circuitos, por princípio fechados e circunscritos, e a função de memorialização. Correlativamente, pela profunda dependência da autografia face às características pessoais, periciais e estilísticas, do escrevente, o manuscrito constituiu-se como factor e critério de autenticidade, veracidade e autoridade, designadamente no contexto das escritas diplomática, judicial, epistolar.

Neste contexto, uma das temáticas mais profícuas para a historiografia da escrita é a do campo do manuscrito, designadamente no que se refere à profunda correlação entre funções e estilos de escrita, sendo, através de combinatórias entre os elementos semiótico, linguístico e caligráfico, possível distinguir, três planos de desenvolvimento histórico. Pois que, na história da escrita, às questões semióticas e gramaticais (simbólicas, linguísticas, estéticas), constituídas pela fonologia, pela morfologia, pela ortografia, não podem deixar de associar-se a caligrafia e a pragmática.

a) A escrita redonda ou francesa, de adaptação da chancelaresca carolíngia e de inspiração gótica, associou-se à escrita de notariado e de corte, estando na base dos grandes tombos que marcam a fundação e o desenvolvimento do Estado Moderno. Foi o que sucedeu no caso português, com a *escrita nova*, ordenada pelo rei D. Manuel I para uso nos assuntos públicos, designadamente a (re)escrita dos forais e outros monumentos tombolares de constituição do Estado Moderno e para a diplomática;

b) A escrita itálica (bastardo ou grifo), originada na degenerescência da romana imperial, por uma simplificação e precisão de traço aproximou-se dos caracteres impressos. Foi a mais utilizada na escrituração mercantil, contabilística e epistolar. Pela proximidade do impresso e pela singeleza de traço, revelou-se mais acessível na aprendizagem e menos selectiva na instrumentalização do quotidiano, por parte dos públicos pouco escolarizados ou menos habituados à escrita. Também foi muito praticada pelos clérigos regulares e pelos comerciantes para quem, por razões profissionais, a escrita era uma necessidade. Aliás, no que se refere ao itálico ou grifo, observa-se uma inter-penetração entre o manuscrito e o impresso.

c) A escrita inglesa (cursivo liberal), cuja distribuição vocabular se aproximava da ordenação do impresso, pela sua facilidade de execução e pela tolerância de embelezamentos pessoais de diversa ordem, pela sua facilidade de execução e comportando adaptações e esteticamente próxima do impresso, (*script*), na forma dos caracteres e na distribuição vocabular e discursiva, cumpriu sob as modalidades memorialística e epistolar, uma importante função de pessoalização. Foi muito praticada em Portugal desde início do século XVIII, designadamente por parte dos membros da aristocracia, mais resistentes a um treinamento e uma grande exercitação caligráfica, mas nem por isso menos preocupados com uma boa prática da leitura.

No que se refere ao ensino e à prática da escrita, para final do século XIX difundem-se os *Paleógrafos*, com aplicação escolar e sobretudo com objectivos de formação profissional, para o que apresentavam uma multiplicidade de fórmulas (abreviaturas, formas de trato), formas de escrita, (epistolar, diplomática - actas, termos, recados, cartas) e estilos de escrita (cursivos vários), procurando compendiar e configurar o campo do manuscrito, por contraste e complemento ao impresso.

2.3. Um terceiro campo fundamental na história da escrita é o da pedagogia da escrita, ou seja o da formação do escrevente. É uma formação que inclui a aprendizagem (alfabetização), mas também formas (fórmulas) de legitimação e reconhecimento, bases de um processo de comunicação que se materializa nas diferentes práticas de escrita. Arte ou ofício, esta bipolaridade não se esgota numa acepção vincadamente funcionalista e profissional, vai também para aspectos de natureza gnoseológica, como deixa antever o testemunho do autor de *Prendas da Adolescência*, importante manual publicado em 1749, o clérigo e mestre José Lopes Baptista de Almada, registando sob a forma de controvérsia que na sua obra *Sciencia da Corte*, Chavigne, não incluindo a escrita entre as *Sciencias* e as *Artes* (da Corte) a coloca como a outros ofícios mecânicos entre os da República. Ao contrário, outros autores colocam a arte de escrever no «Coro das liberais e nobres Artes». É pois como arte que a generalidade dos manuais setecentistas se refere à escrita e ainda que alguns autores a incluam entre os ofícios, não autorizam uma interpretação correspondente a ofício mecânico ou mesmo a uma técnica.

No plano pedagógico, ainda que a bipolaridade entre arte ou ofício não deixe de estar presente, a centralidade da polémica coloca-se entre ciência e arte. A ciência ensina-se/ informando; a arte ensina-se/ aprendendo, (fazendo), mediante uma orientação. É fazendo que se deve aprender a fazer; fazendo e não apenas praticando. Coménio entendeu, a arte como um complexo que requer três elementos fundamentais: a) um modelo ou um plano que é exterior ao artista; b) uma matéria a que será conferida nova forma; c) instrumentos que sirvam à execução do objecto. Este é o caso da escrita, pois que é escrevendo que se aprende a escrever. O método para o ensino/ aprendizagem das artes requer: 1º uma utilização metódica daqueles três elementos; 2º uma prudente direcção; 3º exercícios frequentes. O trabalho do mestre recai sobre onde e como deve o aprendiz fazer uso daqueles três elementos; dirigi-lo para que não cometa erros durante o trabalho e para que saiba corrigir-se até que cesse de cometê-los e tenha bem aprendido a trabalhar com rapidez e sem enganar. É uma pedagogia constituída por onze regras: seis relativas à forma de utilizar os instrumentos, à matéria e ao modelo; três relativas à maneira de os dirigir e duas relativas à execução dos exercícios que se lhe reportam.

### **A escrita como técnica caligráfica – genealogia da escrita escolar**

3. É como arte total, escrever certo e bem, que a escrita se torna objecto de uma pedagogia específica, de que historicamente a escola se apropriou, como se comprova com o caso português.

No seu manual *Eschola Popular de Primeiras Letras*, publicado em 1796, o humanista Jerónimo Soares Barbosa, humanista e pedagogo a quem se deve o contributo fundamental na criação da caligrafia escolar portuguesa, integrava na Arte da Escrita as componentes de escrever bem e certo: caligrafia e ortografia, assim definidas:

A Caligrafia ou Arte de Escrever bem consiste em saber formar os caracteres do Abecedário da Língua Portuguesa, juntá-los em palavras, e estas em regras de Escritura de um modo claro, asseado, exacto, distinto, elegante e fácil. (...) Ortografia é a arte de escrever certo, isto é, de representar exactamente aos olhos por meio dos caracteres literais do Alfabeto Nacional os sons nem mais nem menos de qualquer vocábulo, e na mesma ordem, em que se pronunciam no uso vivo da língua; ou bem assim os que o mesmo vocábulo em outro tempo teve nas línguas mortas, donde veio (p.1 e p.56).

No processo de escolarização da escrita, em Portugal, há três autores, cujas obras, publicadas num ciclo de cem anos, assinalam perspectivas estruturantes: Andrade de Figueiredo, Soares Barbosa e Ventura da Silva. Ao primeiro que publicou no quadro das Luzes Joaninas, devem os calígrafos e os mestres escolares um conjunto de preceitos, tábuas e traslados que foram rapidamente reconhecidos, no que se refere à pedagogia da escrita em vernáculo – a escrita portuguesa como também lhe chamaram, como uma criação *ab nihilo*. Apresentando de forma detalhada e bem documentada o seu método, ousava afirmar, «se os Mestres ensinarem pelo meu estilo: os que tiverem habilidade, não só sairão bons escrivães na missiva, mas também saberão variar no fazer as mais formas de letras, e aos que esta faltar, ficarão escrevendo bem a cursiva liberal» (1719, p. 41). Entendia Andrade de Figueiredo que os principiantes iniciassem pelo cursivo liberal, também conhecida como escrita inglesa.

Ainda que concordante quanto ao princípio geral de «que nas duas linhas recta e curva se formam as letras do Abecedário», foi Jerónimo Soares Barbosa, que, desempenhando as funções de Visitador das Escolas régias e particulares da região de Coimbra, por mandato do Vice-Reitor, no período mariano e joanino, quando estava confiada à Universidade a política do ensino em Portugal, não apenas tomou consciência e testemunhou publicamente as dificuldades com que funcionavam muitas das escolas a que também não era alheia a deficiente formação dos mestres, como criou e implementou instrumentos, meios e técnicas pedagógicas e didácticas que constituíam um verdadeiro método de ensino e de aprendizagem da leitura e da escrita. É um método que, desde os grafismos iniciáticos, assenta numa rigorosa base geométrica, de traço

(*ductus*), regulação e inclinação, pelo que poderia ser exercitado, quer por preceptores de modo individual, nos quadros particular e doméstico, quer pelos mestres régios, no ensino público e grupal.

Apesar de coevo de Jerónimo Soares Barbosa, Ventura da Silva retomava a recomendação de Andrade de Figueiredo sobre as vantagens de o aprendiz começar a fazer a mão pelo cursivo liberal, apresentou um curso completo sobre a letra inglesa, de onde, uma vez normalizado o traço, o escrevente partiria para o caligráfico, designadamente para um caligráfico escolar a que chamou a Língua Portuguesa. Esta caligrafia escolar normalizada aproximava-se da sugerida por Jerónimo Soares Barbosa, com excepção do que se refere à inclinação. Ventura da Silva defendia apenas uma ligeira inclinação do traço.

Eis as três perspectivas fundamentais quanto ao ensino da escrita: de um cursivo liberal (pessoal) para a normalização caligráfica; de um grafismo pré-caligráfico para o caligráfico escolar, por meio de uma progressiva e rigorosa articulação entre escrever bem e escrever correcto, mediante a vigilância dos mestres e a aplicação de instrumentos de modelização (pautas, régua, traslados); da função e prática da escrita para uma progressiva normalização e estilização.

Também Madureira Feijó, autor de uma importante Gramática, publicada em 1734, se referiu às vantagens de os aprendizes cultivarem o rigor ortográfico da linguagem, defendendo a integridade da arte da escrita (escrever bem e correcto) e as virtualidades de um método para utilização dos mestres. Diz Madureira Feijó «que o ensino da escrita se faça por traslados impressos». Deve-se-lhe também um importante reparo sobre a qualidade do ensino de primeiras letras: « [...] e como nas escolas de ler, e escrever andão introduzidos muitos erros, que ficão perpetuados pela criação, poremos huma breve instrucção para os mestres das escolas ensinarem com mais acerto, e menos trabalho [...] Que são as Eschólas o primeiro berço, aonde se criaõ innumeraveis erros assim no pronunciar, como no escrever» (Feijó, 1734: 12-547).

Ainda no entender de Madureira Feijó, uma das formas de assegurar a correcção e o rigor, era que o ensino da escrita se fizesse por traslados impressos, princípio que veio a ser consagrado pelo Alvará Régio de 1770.

(...) como Me constou, que nas Escolas de ler, e escrever se praticava até agora a lição dos processos litigiosos, e sentenças, que somente servem de consumir o tempo, e de costumar a mocidade ao orgulho, e enleios do Foro: hei por bem abolir para sempre hum abuso tão prejudicial: e Mando, que em lugar dos ditos processos, e sentenças, se ensine aos meninos por impressos, ou manuscritos de diferente natureza, especialmente pelo Cathecismo pequeno do Bispo de Montpellier Carlos Joaquim Colbert, mandado traduzir pelo Arcebispo de Évora para instrução dos seus Diocesanos, para que por elle vão também aprendendo os princípios de Religião, em que os Mestres os devem instruir com especial cuidado, e preferênciam a outro



qualquer estudo. E se cumprirá tão inteiramente como nelle se contém, sem dúvida, ou embargo algum (*In Delgado, s/d*).

Tomando como referência o campo mais vasto da cultura escrita, é possível concluir que, associado ao reconhecimento de diferentes tipos de escrita, necessários em termos de leitura, se desenvolve uma pedagogia da escrita assente na modelização caligráfica.

O ensino colectivo da leitura e da escrita, nos seus aspectos linguísticos e didácticos foi objecto de várias obras publicadas em final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, por parte de mestres e por parte de pedagogos e gramatólogos. As preocupações eram, entre outras, as de superação da soletração pela silabação e de substituição da soletração tradicional com base no nome da letra por uma soletração consonântica. Também as sentenças utilizadas como traslados eram frequentemente objecto de selecção entre os autores dos manuais, quanto ao teor e quanto à frequência e selecção dos tipos de letra, quanto à organização das matérias e à prioridade a conferir à soletração ou à silabação.

4. No decurso do século XIX, os mestres régios tornaram-se calígrafos e eram solicitados como escritvães, a título particular e como oficiais das várias instâncias de poder local, incluindo as Câmaras Municipais e os Tribunais. Aliás, a proibição desta acumulação de funções a título oneroso foi por diversas vezes objecto de proibição legal. Tal proibição visava também acautelar a isenção dos mestres, face aos agentes da política local, ainda que, correlativamente, fosse recomendado e estimulado que o mestre-escola integrasse as diversas comissões temporárias, em que fosse necessário rigor de escrita e avaliação pública das capacidades literárias dos intervenientes. Assim sucedia com as assembleias de voto, e quando dos recenseamentos eleitorais em que era necessário expressar níveis de alfabetização, como ainda quando dos censos da população e do recenseamento das crianças em idade escolar.

Se, desde finais do século XVII, os calígrafos fizeram funções de Mestres de Primeiras Letras e de Gramática, desde finais do século XVIII que ser Mestre Régio implicava ter sido examinado, quanto à prática da escrita. Aliás, entre o último quartel do século XVIII e meados do século XIX, é muito notória a evolução das questões caligráficas, na Escola Elementar Portuguesa. Este é, em nosso entender, o período em que se define a caligrafia escolar, enquanto modelo e paradigma da formação escolar e como arte total da escrita.

No *Alvará pombalino de 6 de Novembro de 1772*, relativo à admissão dos mestres, era estipulado que os candidatos dessem provas de saber ensinar a «boa forma dos caracteres», enquanto no *Aviso Régio de 15 de Maio de 1810*, destinado a regular o concurso de Provimto das Cadeiras Régias, a cargo da Direcção Geral da Instrução, ficara estipulado que:

«§ 5 – Os dois examinadores que constituiriam o júri do concurso não deviam gastar muito tempo com perguntas minuciosas; apenas as que fossem adequadas a explorar a inteligência fundamental das matérias do exame. E como não basta que os examinandos saibam as matérias

mas também como ensiná-las, deveriam os membros do júri fazer perguntas sobre o método de ensino.

§ 6- Prova de leitura em prosa e em verso, observando-se a leitura com “acentuação, distinção e cadência”; análise gramatical; doutrina cristã “limitando-se aos princípios fundamentais dela, da maneira que se acham expostos em qualquer das constituições dos bispados do reino”.

§ 7- Desembaraço na leitura de manuscritos” tanto de letra moderna como de letra antiga, e denunciando os erros de ortografia que nos textos se encontrasse ...”; exame de aritmética teórica...” sobre os princípios de numeração e sobre as regras das quatro operações ordinárias”

§ 8-Todas estas provas seriam orais. Na escrita ... que escrevesse “uma das fórmulas do catecismo”; alfabeto em letras maiúsculas e minúsculas e “algarismos vulgares”; resolução de duas questões de aritmética de “uso ordinário” com aplicação das “quatro operações”.

O exame de provimento para Mestres nas Escolas Regimentais (ler, escrever e contar) criadas pela *Portaria de 10 de Outubro de 1815*, incluía “VII. «os indivíduos concorrentes devem saber suficientemente: 1º ler letra impressa, e manuscrita; 2º escrever letra bastarda, bastardinha, e cursiva; 3º fazer as quatro operações fundamentais de Aritmética em números inteiros, e quebrados; devendo unir a estes conhecimentos uma boa conduta moral, e civil».

Por meados do século XIX, a escrita escolar era caligráfica. Desde a Reforma Passos Manuel, publicada em Novembro de 1836, que a formação dos Mestres de Primeiras Letras passou a incluir uma Cadeira de Caligrafia. Esta obrigação foi retomada na lei Costa Cabral (1844) e foi implementada no Ensino Normalista, como estipulava o Regulamento da Escola Normal Primária do Distrito de Lisboa, publicado no *Diário do Governo* nº 306, de 29 de Dezembro de 1845, que estabelecia a Cadeira de Caligrafia, no 1º Ano do Curso, não obstante, os alunos para serem admitidos ao Curso deverem: “4º Saber ler e escrever correntemente, e a prática das quatro primeiras operações de aritmética (...) 5º Possuir as primeiras noções de Gramática Portuguesa, e conhecimentos suficientes da Religião Cristã».

A caligrafia constituiu parte fundamental da formação de Mestres e Professores até final do século XIX, tendo sido reforçado o seu ensino e grau de exigência no terceiro quartel do século, num princípio claro de oficialização da escola, definitivamente marcada pelos normalistas e de valorização da cultura manuscrita, como factor de nacionalismo e de profissionalização. No quadro das Escolas Primárias Superiores, os Municípios pugnavam pela inclusão das disciplinas de desenho e de caligrafia, como base de profissionalização de escrivães, topógrafos, projectistas e contabilistas: a Caligrafia, a Contabilidade, o desenho Geométrico, constituíam aprendizagens fundamentais para a consecução das necessidades de secretariado e de modernização da administração municipal e local.

Com efeito, o Regulamento escolar de 1870 consagrava a disciplina de Caligrafia ao nível do 2º grau da Instrução Elementar, a que correspondiam também as Escolas Normais do 1º grau. No mesmo sentido, a lei de 31 de Dezembro de 1868 havia criado uma Cadeira de

Caligrafia para o 1º Ano do Ensino Liceal, ainda que esta disciplina tivesse sido abolida pela lei de 1880. Também no 4º Centenário da morte de Camões (1880) foi editada uma versão manuscrita de *Os Lusíadas* para servir e copiada nas Escolas Elementares e primeiros anos das Escolas Secundárias.

O Regulamento dos Exames para Professores, publicado em 30 de Dezembro de 1850, consignava como requisito a forma da letra e a perfeição naquilo que o candidato escreve. Prosseguindo no mesmo sentido do Regulamento de 1870, o Regulamento de 1878, consagrava dois graus para a Instrução Primária: o Elementar e o Complementar, incluindo este último a disciplina de Caligrafia. Do Exame do Ensino Primário Complementar constava uma Prova de Ortografia, constituída por um ditado de 20 linhas e os dois abecedários (maiúsculo e minúsculo) para serem classificados em caligrafia. A Caligrafia não era matéria de avaliação no Exame do Ensino Primário Elementar, que recaía sobre Ortografia, Aritmética e Desenho, o que, em nosso entender, consagra claramente a ideia de um Ensino Primário Elementar ao nível da alfabetização, com base numa escrita normalizada.

Do exame de admissão às Escolas Normais, constava uma Prova Escrita constituída por duas linhas de bastardo, quatro de bastardinho e seis de cursivo, copiadas do livro aprovado. Nestas Escolas a disciplina de Caligrafia funcionava ao longo dos três anos do curso, com uma carga horária de duas horas semanais no 1º ano e uma hora semanal nos restantes. O Exame de Habilitação para o Magistério Primário, incluía uma Prova Escrita constituída por um trecho de 20 linhas (ditado) e uma Prova caligráfica constituída por abecedário maiúsculo, duas linhas de bastardo e três de Cursivo copiadas do livro aprovado.

Todos os exames eram elaborados em pautas normalizadas. A pedagogia escolar parecia definitivamente marcada pela acção dos normalistas, com reflexo fundamental na padronização do caligráfico escolar. Talvez assim se explique que a partir do Regulamento de 22 de Dezembro de 1894 deixe de haver uma referência explícita à caligrafia e tenha sido abolido o Exame do Ensino Primário Elementar, nos moldes em que tinha sido criado pelo Regulamento das Leis de 2 de Maio de 1878 e de 11 de Junho de 1880. Além disso, enquanto nos Exames de concurso às Pensões nas Escolas Normais havia uma Prova Caligráfica constituída por duas linhas de bastardo, quatro de bastardinho e seis de cursivo, nos termos do Regulamento de 18 de Junho de 1896, dos Exames Finais das Escolas Normais constava uma Prova Caligráfica, com duração de meia hora, sendo a composição remetida para os critérios do Professor da Disciplina.

Estava, em nosso entender, normalizada uma pedagogia da escrita, que se traduziu numa pragmática da escrita, dependente dos critérios do professor. A normalização da Caligrafia constituiu factor de profissionalização dos mestres e dos professores e por consequência tornou-se no principal factor de oficialização da escola e do ofício de aluno.

O Regulamento Escolar de 1927 repunha a Prova de Caligrafia nos Exames Instrução Primária Elementar e durante as décadas seguintes, a prática caligráfica passou a ser a regra

constante da Escola Primária do Estado Novo. Era agora uma caligrafia directa e sobre o redondo, no que recuperava algumas das sugestões higienistas e de alguns pedagogos de final do século XIX, designadamente de influência francesa. Ainda que a generalidade dos Paleógrafos, apresentasse os vários tipos de escrita, há autores que adoptam exclusivamente a escrita direita. É o caso de José António Cruz (1914).

A normalização (modelização) da escrita escolar, no pressuposto da escrita como arte total, revestia-se, em final do século XIX de outros contornos, sendo objecto de preocupação por parte de higienistas, criminalistas, moralistas e políticos, em geral. Entre outros aspectos, tais preocupações assentavam no pressuposto de que à escrita direita corresponderia uma rectidão de carácter. Sendo a escrita uma manifestação cultural e psicológica, os higienistas lançaram a polémica das vantagens da escrita direita como instrumento de rigor na formação da personalidade e como factor de rectidão de carácter. Também a escrita direita era justificada como forma de garantia de um crescimento harmonioso do aprender.

### **A escrita e a oficialização da escola**

5. A escrita é uma arte total, compreendendo uma gestualidade, senão mesmo uma géstica, uma componente linguística, uma pragmática e sugerindo, por consequência, um desenvolvimento integrado. Como arte total, a escrita é constituída por uma géstica, uma linguística e uma pragmática. Por definição a pragmática é o estudo dos significados, tendo em atenção a influência dos contextos social e cultural, ou pelo emprego da linguagem com intenções particulares e específicas. De igual modo, a pragmática contempla a relação dos signos com os que os interpretam e o estudo da génese, usos e efeitos desses mesmos signos na conduta dos que os produzem. Por contraste com análises de natureza lógico-formal, a pragmática tem em atenção sobretudo o uso corrente da linguagem. Centrada no uso corrente da linguagem, a pragmática refere-se às formas de trato e à língua enquanto interlocução, pelo que se materializa e avalia em sede dos sujeitos, suas competências literárias, suas práticas e seu reconhecimento por parte da comunidade, ou seja no quadro de uma interacção simbólica.

Neste quadro polifacetado, constituído pela pedagogia da escrita, seu significado sócio-linguístico e estatuto dos sujeitos escreventes, há lugar para uma diversidade de produtos, seja pela diversidade de práticas de escrita, no quadro de uma relativa pessoalização do *ductus*, seja no quadro de uma progressão estilística. Frequentemente o avanço e a perfeição do escrevente numa destas dimensões não é correspondido em igual grau de realização nas restantes dimensões, como bem o entenderam mestres e gramatólogos.

A escrita é uma arte que, no plano aplicado, compreende duas competências fundamentais: escrever bem e escrever certo. Esta complementaridade, que corresponde, em

última instância, a um perfeito domínio da caligrafia e da ortografia, exige uma prolongada aprendizagem, pelo que, no plano pessoal como também no plano técnico, o percurso dos alunos e dos praticantes está sujeito a fases e os artefactos da escrita reflectem capacidades e formas de uso igualmente diferenciados de indivíduo para indivíduo. Se a esta variação se acrescentarem as dimensões de profissionalização e de prática especializada, bem como as dimensões referentes às funções e aos diferentes tipos de escrita, fica-se perante uma ampla diversidade de manifestações, umas mais legitimadas que outras, mas todas enquadradas pela reflexão que os mestres foram fazendo ao longo do tempo.

Tome-se como referência sobre a formação e as práticas de escrita dos membros da aristocracia, o conselho que por ordem de El-Rei D. Pedro II, emitiu o Padre Frey Pedro de Sta Clara, num precioso manuscrito *Idea de hum Menino nobre bem educado*:

[...] o Menino primogénito, que se cria para suceder na casa, não é ponto que se apurará o melhor talhe da letra; basta que saiba escrever suficientemente e que se entenda o que escrever; mas se o mestre vir que se inclina a fazer as letras com bom talhe, deve seguir-lhe a inclinação, e ajudá-lo a aperfeiçoar-se (...) O escrever bem não consiste em fazer a letra bem talhada, senão em escrever certo.

Vai no mesmo sentido o depoimento de Dias de Souza, em *Nova Escola de Meninos*, que publicou em 1784 «Tanto que um menino sabe ler é tempo de se costumar a escrever; e não é preciso cansar muito para que façam boa letra, e formosa, basta que seja clara, e legível, e que escrevam com ligeireza; pois com o tempo se podem aperfeiçoar» (1784: 205).

Em várias circunstâncias, também os Jesuítas tinham entendido que os aprendizes poderiam aperfeiçoar a caligrafia, já depois de ter ingressado nos Colégios, para o que como pode ler-se no *Regulamento do Colégio da Baía*, mandavam os seus alunos junto de um Mestre de Primeiras Letras. Mas como conciliar uma cultura escolar ao nível da alfabetização de base, com um esmerado desempenho caligráfico, exigindo um treino e um acompanhamento continuado dos escolares pelos professores? A solução deste dilema passou, em nosso entender pela definição pela prática de uma caligrafia escolar. Assim, se por um lado, a tolerância e a liberdade de traço foram desaparecendo entre os escolares, por outro lado, a caligrafia deu origem a disciplinas e cursos de especialidade, praticados no quadro da formação profissional e da especialização. Ou seja, no que concerne à prática da escrita, a liberdade quanto ao *ductus*, foi desaparecendo na progressão inversa das exigências técnico-profissionais e da evolução dos aprendizes no processo de escolarização. Com efeito, no decurso do século XIX, o desempenho caligráfico passou a ser matéria de avaliação no exame de admissão ao Curso Liceal e os Colégios do Ensino Secundário frequentemente mantiveram cursos de aperfeiçoamento caligráfico, confiados a Mestres de Primeiras Letras.

A prática da escrita sob a forma caligráfica emerge como o verdadeiro ofício do escolar, seja para resolver as tarefas inerentes à cultura escolar, seja pela sua transversalidade e

transferência para a realidade. O escolar investe-se de uma técnica de escrita que corresponde a uma simplificação e a uma normalização caligráficas. Em que medida esta normalização caligráfica não é uma disciplina do eu?

### **Para uma boa prática da Caligrafia**

#### 6. Segundo Jerónimo Soares Barbosa, para uma boa prática da Caligrafia

é mister um método, que ensine os instrumentos e materiais da Escrita; a postura do corpo e seus movimentos; o aparo da pena, suas situações e efeitos; a bela forma dos caracteres, nascida da sua figura regular, proporções e espaços; os exercícios preparatórios para a Escritura seguida; e as diferentes espécies de Escritura que andam em uso [...] (1796: 7).

Assim se exprimia este humanista, a quem, como se referiu, se deve o principal contributo na definição da caligrafia escolar, não sem que em parágrafos anteriores, deste mesmo texto, numa boa prática retórica, tivesse demonstrado a ineficácia e a falta de qualidade das práticas escolares do seu tempo, deficiências só solucionáveis com aplicação de um bom método.

Lembrando que a aprendizagem da escrita é bem mais difícil e morosa que a aprendizagem da leitura, insiste sobretudo na formação e no método que os mestres devem seguir, denunciando o que designa de os três métodos usuais, cuja simplificação tem induzido as crianças em vícios, alguns dos quais irreversíveis: 1- após ensinar a pegar na pena, o mestre pega na mão do menino e fá-lo formar todas as letras do alfabeto, que assim fica sem saber o que faz e o porquê; 2- outros desenham o alfabeto «de letra seca» para o aprendiz cobrir; 3- outros ainda, após «ensinarem a formar de qualquer modo cada letra inteira do alfabeto», põem as crianças face a traslados «para imitarem a forma da letra, e à força de copias, tomarem o bom talho della» (Barbosa, 1796: 7).

Em seu entender, a superação destas deficiências só pode operar-se com um método que permita ao aprendiz uma graduação e uma inteligibilidade das tarefas que vai desempenhando, e sobretudo a obtenção e aperfeiçoamento de uma sequência de gestos, de um conjunto de operações e do desenvolvimento de competências progressivas e transversais. Pela sua singeleza e pela sua transversalidade, o tipo de escrita básico para a aprendizagem da caligrafia escolar era, no entender de Jerónimo Soares Barbosa, a letra bastarda ou grifo. A realização rigorosa e progressiva desta escrita, perfeitamente ao alcance da criança, sempre orientada pelo mestre, permitiria articular a aprendizagem da leitura com a aprendizagem da escrita, através de uma perfeita combinação dos planos ortográfico e caligráfico, asseguraria uma progressiva autonomização do escrevente e abriria futuramente a outros tipos e estilos de escrita – afinal, o reconhecimento e a valorização da arte da caligrafia.

Eis, em síntese, o método de Soares Barbosa:

reduzir a Escritura aos seus elementos simples; ensinar o aparo da pena conveniente a cada Escritura; os movimentos diferentes dela para a boa formação dos traços elementares, e combinação deles em letras inteiras; e por meio dos paralelogramos ou regradados determinar a direcção, regularidade, proporções, e distancias, que na formação das mesmas se devem guardar (...) todos os caracteres do Alfabeto se reduzem a dois radicais, donde todos os mais se compõe (1796: 7-8 e 20).

Só quando os alunos estiverem «dextros» na letra bastarda, ou grifa, por onde devem começar, inclusive observando as linhas estruturais, decompondo os caracteres impressos, passariam a outros tipos de letra, designadamente a cursiva, em que já lhes seriam autorizados os travados. E muito embora todos os tipos de escrita exigissem uma determinada preparação, incidindo sobre aspectos específicos, os exercícios preparatórios do bastardo ou grifo constituíam uma verdadeira propedêutica da arte da escrita, iniciando-se no traçado inclinado de linhas rectas e curvas, pois que: «conhecida e executada a forma daqueles (radicais), não há mais depois do que ou estendê-los, ou combina-los para formar todos os mais. O ponto está em dar o tempo devido à sua formação nos ensaios e exercícios preparatórios, e não precipitar os principiantes para diante, antes de estarem bem seguros nisto» (1796: 8). O recurso aos paralelogramos na propedêutica da escrita, tornou-se prática pedagógica habitual, na escola portuguesa.

Tendo uma grande intervenção na política educativa, numa fase decisiva para a pedagogia escolar, Jerónimo Soares Barbosa, que em 1822, na qualidade de «Deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos, e Escolas do Reino em a Universidade de Coimbra», publicava a *Gramática Filosófica*, como principal base disciplinar e formativa, trazia as questões da linguagem ao centro da pedagogia escolar que encontrava na caligrafia a sua forma de exercitação, expressão e progressão. Iniciando a aprendizagem da escrita pelo bastardo ou grifo, sob um princípio de economia gestual e literácita, a escola portuguesa definia a sua cultura escolar básica: 1) domínio ao nível da suficiência prática (correcto e bem) das competências de ler, escrever e contar; 2) conhecimento do catecismo religioso e dos rudimentos de cidadania e civilidade.

A pedagogia escolar da escrita incidiu no treinamento de uma gestualidade e de uma técnica e correlativamente na compendiação de uma composição temática, que se traduzia numa pragmática: um saber dizer, fazer e agir. E a aprendizagem e a prática da escrita tornaram-se no meio de realização desta pragmática. A escrita escolar, na sua modalidade caligráfica tornou-se o ofício da escola. As bases conteduais e de informação alargaram-se do traslado das pequenas sentenças, para fragmentos do catecismo e extractos dos clássicos, hagiografias e feitos pátrios. Assentando numa aplicação do *itálico*, a escrita caligráfica escolar contribuía para uma ordenação entre o impresso e o manuscrito, como base para a aplicação do método catequístico. Era prática frequente deste método que os textos informativos fossem vertidos em caracteres de

imprensa e que os fragmentos de texto destinados a serem memorizados, ou copiados pelos aprendizes fossem impressos sob a forma de caracteres *itálicos*.

O *bastardo* ou *grifo* constituiu-se como caligrafia oficiosa da escola e da escolarização, num processo de legitimação e adaptação gráfica e ortográfica que alguns pedagogos designaram de escrita portuguesa. Consagrando esta designação, Ventura da Silva, professor de escrita e de aritmética, na sua obra “*Regras Methodicas (...)*”, publicada em 1819, apresentava um conjunto de regras e de tábuas, com que consignava as marcas do que designava escrita portuguesa: paralelismo, uniformidade, proporção. Relativamente a outras escritas, nomeadamente a inglesa, a escrita portuguesa distinguia-se pela estabilidade do traço, pela facilidade de ler e aprender a escrever, pela firmeza e constância com que é escrita, o que, em seu entender poderia obter-se em três meses.

A normatização escolar da pedagogia da escrita não deixava de contrariar alguns princípios metodológicos dos calígrafos, portugueses e estrangeiros, entre os quais o conceituado Andrade de Figueiredo, sempre sensíveis a que o segredo daquela Arte reside na combinação que cada calígrafo faça entre rigor e criatividade, muito particularmente na utilização que faz dos travados, distâncias e ornatos, pelo que usualmente sugeriam que a aprendizagem se iniciasse pelo cursivo liberal (cf. Andrade Figueiredo, p. 49). Mas, por outro lado, a Pedagogia da Caligrafia, nomeadamente através da escola, estabelecia uma progressão autográfica que previa a evolução para o cursivo, na medida em que o escrevente prosseguisse a sua formação e exercitação e constituía uma base de transversalidade para outros tipos de escrita, caso enveredasse por um curso de Caligrafia.

Progressão e normatividade constituíram-se assim como as duas marcas de oficialização da caligrafia escolar, com consequências fundamentais na validação, certificação, reconhecimento e participação no quadro da cultura escrita, e conseqüente desvalorização e deslegitimação das práticas rudimentares de escrita e progressivamente de outras aprendizagens alfabéticas. Escrever em conformidade com as principais regras da ortografia portuguesa e em «boa letra», e gradualmente também escrever letra formosa, num cursivo liberal, para retomarmos as recomendações de Manuel Dias de Souza, na *Nova Escola de Meninos*, passou a significar afinal, realizar o caligráfico escolar.

7. A escrita caligráfica escolar foi uma adaptação do bastardo, pela simplificação e pela inclinação do traço, como ilustram as pautas de Soares Barbosa. Com as recomendações dos higienistas, em final do século XIX a escrita escolar oficiosa passou a uma escrita direita, ou ligeiramente inclinada assim se mantendo até à década de setenta do século XX, quando os movimentos de inovação pedagógica se revelaram favoráveis a uma pessoalização da escrita, admitida e recomendada nos planos psicológico e didático, logo desde as primeiras fases de aprendizagem. Aliás a definição da inclinação era matéria de alguma controvérsia, posto que



enquanto Jerónimo Soares Barbosa propusera um ângulo de quarenta e cinco graus, contrariando Andrade de Figueiredo que praticara uma inclinação de quinze ou dezasseis graus, Ventura da Silva propunha um ângulo de vinte graus de que resultaria uma letra mais airosa e fácil de executar.

Como se referiu, a partir da Reforma Passos Manuel a caligrafia tornou-se matéria fundamental da formação dos Mestres de Primeiras Letras e constituiu-se como meta-escola.

A ideia de meta-escola pode comprovar-se com recurso a um conjunto de Provas de Alunos de uma Escola de Ensino Mútuo, com data de 1851. A observação destas Provas revela as sucessivas fases de aprendizagem e consagra, um termo, para as actividades e as aprendizagens escolares. Por estas Provas se vê a função da pauta e da régua, na harmonização do traço, como também fica bem claro todo o percurso metodológico praticado pelo professor, desde os grafismos dos principiantes, aos traslados do professor para serem rigorosamente imitados. Esta aprendizagem passava pelo domínio e prática do abecedário e pela imitação de traslados, chegando, por fim, à rigorosa execução de um caligráfico bastardo. As provas dos alunos constituem um cursivo harmonioso entre o traslado, a data e o nome do aluno – a caligrafia como meta-escola. Aliás as provas dos melhores alunos são em tudo análogas aos registos caligráficos do professor.

A temática era constituída basicamente por sentenças com teor moralizante e cantos de *Os Lusíadas*, entre outros. Da combinação dos aspectos formais com os aspectos temáticos, ressaltam três níveis de realização, a que corresponde uma gradação, sendo notória a frequência de alunos no grau mais avançado, o que não deixa de corresponder a uma preocupação de perfeição. A progressão escolar na capacitação caligráfica e seu paralelo com a aprendizagem da leitura estão detalhadamente documentados nos relatórios dos professores e nos relatórios dos inspectores, na segunda metade do século XIX, procurando, aplicar à realidade, a estruturação proposta pelos pedagogos. Tome-se como exemplo, entre vários, a situação da Escola Real de Mafra, no ano de 1856.

Leitura	Escrita	Aritmética
Não lê – 4 (5%)	não escreve – 9 (12%)	Nada – 13
Conhece letras/ – 11 (14%) lê mal ou soletra.	escreve rudimentos – 22 (28,5%) (hastes, letras, palavras)	
Lê sofrível – 22 (28,5%)	escreve sofrível – 24 (31%) (bastardo)	
Lê bem – 40 (52%)	escreve bem – 22 (28,5%) (cursivo)	
Total 77	77	13

Avaliação dos alunos da Escola Real de Mafra. *In* Alves (2003), p. 178

Análogas progressão e combinação se podem observar nas Provas de Caligrafia, realizadas por um conjunto de presidiários, no âmbito de um Curso de Instrução Primária.

Mas o que dizer das Provas Escritas realizadas pelos alunos de um Curso de Adultos, no Período Republicano. Com base nas Provas referentes à Escola Móvel de Lamego, articulando o teor da mensagem que se apresenta sob a forma de uma missiva de informação e aclamação, sua composição lexical e sintáctica, com a realização caligráfica da generalidade dos participantes, masculinos e femininos, pode dizer-se que comparativamente ao grau de perfeição obtido pelos alunos da Escola Mútua estão no segundo nível, ou seja estão alfabetizados – lêem, escrevem e calculam com suficiência. Há também aqui uma grande harmonia na prática de escrita que serve os vários itens da Prova, incluindo o nome próprio. Mas assumidamente não há uma meta-caligrafia, há sim uma preocupação ortográfica. Manifestamente, a preocupação e o horizonte desta experiência pedagógica republicana eram a alfabetização, conferindo uma capacidade literária que permitisse a prática da escrita como interlocução.

Ao contrário, os exemplares de Provas Escolares do período do Estado Novo, revelam uma centração caligráfica, incluindo mesmo uma Prova de Caligrafia, ainda que toda a Prova seja afinal caligráfica., pois que, toda ela respeita a uma mesma forma de escrita e um mesmo teor frásico (não obstante se poder observar alguma quebra de rigor por parte da criança, nos registos não qualificados expressamente de caligráficos). Comparando as provas de diferentes alunos, sente-se no entanto, alguma dificuldade na interpretação da classificação que o professor atribui, a cada um deles, podendo perguntar-se afinal, sob que critérios e mediante que parâmetros, é avaliada e classificada a realização caligráfica? Para além dos factores de normalização e padronamento, deve admitir-se pelo confronto das classificações, que o professor, ele próprio um oficial da escrita caligráfica (escolar), como se observa em vários registos, não deixava de chamar a si alguma liberdade criterial, na apreciação global e integrada das provas de Caligrafia dos seus alunos. A caligrafia era o ofício do aluno, mas o mestre também a praticava, pelo menos na sua escrita oficiosa, pelo que, muito provavelmente se servia dos seus próprios registos como referente de avaliação.

Quanto à temática, os mesmos lugares comuns de um texto com teor moralizante e de exercícios de escrita, orientados por uma matriz de questionário e uma composição interlocutiva, mediando entre a resposta a um conjunto orientado de perguntas e a fórmula de missiva. A centração no interlocutor favorecia a impregnação das formas de enunciação e de trato. A cultura escolar como uma pragmática assente nas formas de trato e de representação e numa determinada ordem do discurso. A cultura escolar como um arquitecsto estruturado e disciplinado pela escrita. A caligrafia escolar apresenta-se como a escrita e o escolar cumpre o ofício de escrevente.

8. Na sua versão artística, como na sua versão caligráfica, a escrita é uma arte total, como se referiu, constituída por uma semiótica, uma géstica e uma pragmática. Na definição de Ignacio Perez, para quem escrever é um bom desenho, como na de Jerónimo Soares Barbosa, (1896: 54) para quem todos os tipos de escrita, requerem do escrivão: «invenção, gosto, ordem e destreza, a prática da escrita, ainda que sob a forma caligráfica, constitui uma géstica, uma estética, que toma o “corpo como transdutor”» (para fazermos recurso à expressão do filósofo português José Gil). Aliás a centralidade do corpo na prática da escrita foi sempre assinalada pelos varios calígrafos e foi um importante, senão mesmo o principal factor tomado em atenção pelos projectistas e pelos construtores dos edificios e do mobiliário escolar.

A prática e aprendizagem da escrita obedecem também a um campo temático e lexical que, articulados com a géstica e com a semiótica, configuram uma pragmática. A escrita é uma acção que se desenvolve no quadro de uma interacção simbólica, que pela prática escolar se converte numa pragmática. A constituição da pragmática escolar é uma área muito significativa, que se substancia na cópia de traslados e sentenças morais, passando pelos clássicos, para uma prática orientada pela resposta a questionários, elaboração de missivas de diverso teor e formato, e finalmente pela composição. Toda a escrita escolar tem um destinatário, uma forma e fórmulas. Desta condição e desta orientação, cedo se apercebem os aprendizes, mesmo que crianças, tendendo para uma mecânica e para um jogo de tentativa e erro.

Quanto às formas de escrita, a iniciação fez-se pelo bastardo, progredindo para um cursivo que, servindo a realização das tarefas escolares, se apresentava também como a escrita recomendada e legitimada. No processo de pedagogização da escrita, sob a forma caligráfica, o peso dado aos traslados, mesmo no interior das provas escolares, associado a uma fórmula fazem emergir um campo literácito e uma prática de interlocução, progressivas no processo de aprendizagem e na formação do escrevente, manifestas sob a forma de cópia, ditado, questionário, epístola, e só mais tarde a composição.

Analisar estas fases e as marcas da escolarização da escrita, nos planos diacrónico e sincrónico/ didáctico é construir a genealogia da caligrafia escolar em Portugal – de calígrafo, a copiógrafo, a escrevente. A análise da genealogia do caligráfico escolar permitiu também observar como a escrita se foi configurando e circunscrevendo a uma cópia e a um exercício, pouco favoráveis à expressão e à criatividade. A escrita caligráfica converteu-se na marca da escrita da criança e com ela numa antropologia letrada. O escolar é o que pratica o ofício de escrevente. A caligrafia enquanto arte, constituída por uma componente semiótica, géstica e pragmática, circunscreve-se no quadro escolar a uma técnica de escrita, num processo em que, por sua vez a escrita se circunscreve ao caligráfico escolar.

## Referências bibliográficas

- ALMADA, Jozé Lopez Baptista de (1749). *Prendas da Adolescencia ou Adolescencia Prendada com as Prendas, Artes, e Curiosidades mais uteis, deliciosas, e estimadas em todo o mundo*. Lisboa: Oficina de Francisco da Silva
- ARAÚJO, Antonio Jacintho de (1794). *Nova Arte de Escrever*. Lisboa: Oficina de Antonio Gomes
- ALVES, Maria do Céu (2003). *Um tempo sob outros tempos. O processo de escolarização no Concelho de Mafra (nos anos de 1772 a 1895)*. Braga: Universidade do Minho
- BARBOSA, Jeronimo Soares (1796). *Eschola Popular das Primeiras Letras, dividida em quatro partes. Parte Terceira: Da Calligraphia, e Orthographia, ou Arte de Escrever bem, e certo a Lingua Portuguesa*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade.
- BARBOSA, Jeronimo Soares (1822). *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou Principios da Grammatica Geral applicados à nossa Linguagem*. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias
- DELGADO, António (s/d). *Collecção Oficial da legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- FEIJÓ, João de Morais Madureira (1734). *Ortographia ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portuguesa, para uso do Excellentíssimo Duque de Lafoens*. Lisboa: Regia Oficina Typografica.
- FIGUEIREDO, Manoel de Andrade (1722/ 1923). *Nova Escola para aprender a ler, escrever, e contar*. Lisboa Occidental: Oficina de Bernardo da Costa de Carvalho.
- FREIRE, Francisco José [pseudónimo Cândido Lusitano] (1745). *O Secretário Português compendiosamente instruído no modo de escrever cartas*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues
- HARRIS, David (1995). *L'Abc du Calligraphe*. Paris: Dessain & Tolra
- LOBATO, Antonio José dos Reis (1824). *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza* (Nova edição). Lisboa: Typographia Rollandiana.
- LUBISCO Gherardo (1902). *Novo Methodo Phonetico Theorico-Pratico para aprender a ler e escrever em dez lições a Lingua Portuguesa*. Porto Alegre: Livraria do Commercio Luiz M. de Souza Filho.
- MIDOSI, Luiz Francisco (1846). *O Expositor Portuguez ou Rudimentos de Ensino da Lingua Materna*, 4ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional
- SILVA, Carlos (1898). *Paleographo em Escala Calligraphica para appender Leitura Manuscripta*. Lisboa: Instituto Calligraphico
- SILVA, Joaquim José Ventura da (1819) *Regras Methodicas para se Aprender a Escreuer os Caracteres das Letras Ingleza, Portugueza, Aldina, Romana, Gotica-Italica, e Gotica-Germanica, acompanhadas de Tratado completo de Arithmetica*. Lisboa: Imprensa Regia

SOUZA, Manoel Dias de (1784). *Nova Escola de Meninos. Na qual se propõem hum metho facil para ensinar a lêr, escrever, e contar, com huma breve direcção para a educação dos Meninos*. Coimbra: Real Officina da Universidade

STRIBLEY, Miriam (s/d). *La Calligraphie*. Paris: Dessein & Tolra.

O Livro da Primeira Classe. Porto: Editora a Educação Nacional Lda.

### **Manuscritos**

Arquivo da Ministério da Educação

Provas dos Alunos da Escola Móvel de Lamego

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - ANTT (Real Meza Censória, Doc. Nº 1725): *Aviso Régio de 15 de Maio de 1810; Aviso Régio de 10 de Outubro de 1825*

Sta Clara, Pedro de (Padre Frey). *Idea de hum Menino nobre bem educado*. ANTT (manuscrito)

Arquivo Distrital de Braga: *Provas de Escriptas dos Alumnos que frequentarão a Escola d'Ensino Mutuo d'esta cidade de Braga, no anno lectivo de 1850-1851*

Regulamento da Escola Normal Primária do Distrito de Lisboa. *Diário do Governo*, nº 306, 29 de Dezembro de 1845